

Nº. 02/2020__ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA TRINTA DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE. _____

____No dia trinta de janeiro do ano dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Matos Cunha, com a presença dos Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Costa Mendes, Sofia Manuela Cadeias Machado Fernandes, José Manuel Leitão dos Santos, Leonel Agostinho Azevedo Rocha, Célia Cristina Maia Menezes e Castro, Mário Sousa Passos, José Pedro Carvalho de Macedo Ferreira Sena, Alfredo Augusto Moraes Lima e Vítor Torres Pereira. _____

____O Senhor Vereador Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá, eleito pela lista do Partido Socialista, não esteve presente na reunião, tendo comunicado essa impossibilidade. _____

____O executivo municipal justificou a respetiva ausência. _____

____Eram dez horas e quarenta minutos quando pelo senhor Presidente foi declarada aberta a reunião. _____

-ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

-DADA A NECESSIDADE URGENTE DE APRECIÇÃO E VOTAÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA, DAS PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SUBMETEU A VOTAÇÃO A ADMISSIBILIDADE DAS MESMAS: _____

1 - “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR AMÉRICO DIAS FERREIRA” _____

2 - “VOTO DE LOUVOR - MAESTRO FAMALICENSE JOSÉ EDUARDO GOMES” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, RECONHECER O CARÁCTER DE URGÊNCIA E ADMITIR A INCLUSÃO DAS REFERIDAS PROPOSTAS, NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA.** _____

_____ **INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO:** _____

-Não houve intervenção do Órgão Executivo. _____

_____ *-ASSUNTOS INSCRITOS NA ORDEM DE TRABALHOS E DELIBERAÇÕES PROFERIDAS:* _____

_____ **ORDEM DO DIA:** _____

_____ **PRESIDÊNCIA:** _____

1 - “APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO DIA 13 DE JANEIRO DE 2020” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Submetida a aprovação, a ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 13 de janeiro de 2020, cuja leitura foi dispensada em virtude dos seus textos terem sido previamente distribuídos. _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR.** _____

2 - “VOTO DE PESAR E DECLARAÇÃO DE LUTO MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTERO ALEXANDRE CASTRO MARTINS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“No dia 15 de janeiro de 2020, desapareceu do mundo dos vivos o senhor Antero Alexandre Castro Martins, uma individualidade muito prestigiada e estimada na nossa comunidade. _____

Autarca exemplar, teve um papel relevante na consolidação do Poder Local democrático. Nasceu em 9 de agosto de 1936, no concelho de Carraceda de Ansiães, tendo posteriormente estabelecido residência em Vila Nova de Famalicão, comunidade com a qual estabeleceu fortes laços de pertença. _____

Foi um cidadão empreendedor e participativo, desenvolvendo uma intensa atividade intensa e multifacetada, nomeadamente nas esferas empresarial e cívica. _____

No domínio empresarial, merece destaque o facto de ter sido administrador da empresa Soprem Norte, exercendo um papel valioso no desenvolvimento da indústria das madeiras. No domínio cívico, as suas qualidades elevadas de dedicação, competência e zelo granjearam o respeito e a admiração da comunidade. _____

Cidadão com um elevado sentido de participação cívica, após a implantação do regime democrático, foi um dos principais impulsionadores a nível local do Partido Popular Democrático, atual Partido Social Democrata. _____

Foi eleito Vereador da Câmara Municipal nas primeiras eleições autárquicas livres e democráticas, efetuadas em 12 de dezembro de 1976. Na qualidade de Vereador, foi o principal colaborador do então Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Marinho.

Nas eleições autárquicas de 16 de dezembro de 1979, foi eleito Presidente da Câmara Municipal, cargo que desempenhou até janeiro de 1983. _____

O mandato do senhor Antero Alexandre Castro Martins como Presidente da Câmara Municipal foi caracterizado pela prossecução de investimentos relevantes no âmbito das infraestruturas básicas, nomeadamente nas áreas da rede viária, da rede de saneamento de águas residuais e da habitação, bem como por medidas relevantes no âmbito do

planeamento urbanístico e territorial, como a revisão do Plano Geral de Urbanização e a elaboração das propostas do Plano Parcial de Urbanização da Zona Norte de Vila Nova de Famalicão, do Plano Parcial de Urbanização a Sul de Vila Nova de Famalicão, do Plano de Pormenor do Sector Sul do Plano Parcial de Urbanização da Zona a Norte de Vila Nova de Famalicão e da delimitação dos perímetros dos aglomerados urbanos das freguesias. _____

Na sequência das eleições autárquicas de 12 de dezembro de 1982, assumiu as funções de Vereador da Câmara Municipal. _____

No âmbito da sua vida cívica, esteve igualmente ligado a diversas instituições da sociedade civil famalicense, como o Rotary Clube de Vila Nova de Famalicão e o Circulo de Cultura Famalicense. _____

Na reunião de 26 de junho de 2002, a Câmara Municipal deliberou a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Autárquico ao senhor Antero Alexandre Castro Martins, reconhecendo o seu contributo relevante desempenhado na afirmação do Poder Local democrático. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Antero Alexandre Castro Martins:
2. Apresentar as condolências e a solidariedade institucional à família. _____
3. Ratificar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o despacho, o qual se junta em anexo ao processo, do luto municipal decretado para os dias 15 e 16 de janeiro, com colocação da bandeira do Município a meia haste.”

**_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE PESAR E
DECLARAÇÃO DE LUTO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA**

APRESENTADA, TENDO OS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA SE ASSOCIADO A ESTE VOTO. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

3 - “VOTO DE LOUVOR - MAESTRO FAMALICENSE JOSÉ EDUARDO GOMES”

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O maestro famalicense José Eduardo Gomes venceu o Concurso Internacional de Direção de Orquestra, na segunda edição do European Union Conducting Competition, que se disputou em Sófia, na Bulgária, e conquistou, também, o troféu para “melhor interpretação Beethoven”, evento organizado pelo Bulgária Hall, em cooperação com a Orquestra Nacional Artes, Orquestra Filarmónica Kodaly e Orquestra Sinfónica de Pazardjik._____

Após várias rondas e entre cerca de 300 maestros, José Eduardo Gomes foi selecionado para a final, arrecadando o primeiro prémio, em concerto realizado na Sala da Conservatória Nacional de Música de Sófia, seguindo-se os maestros Almanzar Sebastian, da Colômbia (2.º Prémio), Zlatkov Svetlomisir, da Bulgária (3.º Prémio) e Jung Hyeju, da Coreia do Sul (4.º Prémio);_____

José Eduardo Gomes, agraciado em 2018 com a Medalha de Mérito Cultural pela cidade de Vila Nova de Famalicão, foi: entre 2016 e 2018 maestro titular da Orquestra Clássica do Centro; entre 2018 e 2019 maestro associado da Orquestra Clássica do Sul; entre 2011 e 2017 maestro titular do Coro do Círculo Portuense de Ópera, no Porto; entre 2008 e 2011 maestro principal da Orquestra Chambre de Carouge, na Suíça. Foi, também, laureado em diversos concursos, destacando-se o Prémio Jovens Músicos, na Categoria de Clarinete e Música de Câmara, o Concurso Internacional de Clarinete de Montroy

(Valência) e o Prémio Jovens Músicos, na Categoria de Direção de Orquestra. Este famalicense, maestro da I Edição do estágio JOF – Jovem Orquestra de Famalicão, é também maestro associado da Orquestra Clássica do Sul, maestro titular da Orquestra Clássica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), e professor na Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo do Porto, onde exerce o cargo de maestro responsável pela Orquestra Sinfónica. _____

O Município tem o dever de reconhecer a cultura como pilar estruturante e sustentável para o desenvolvimento educativo, social e económico do concelho, bem como as pessoas e entidades famalicenses que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Louvor ao maestro famalicense José Eduardo Gomes, vencedor do Concurso Internacional de Direção de Orquestra e do Troféu para “melhor interpretação Beethoven”, na segunda edição do European Union Conducting Competition. _____

2. Dar conhecimento do presente Voto de Louvor ao próprio, à Orquestra Clássica do Sul, à Orquestra Clássica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e à Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo do Porto.” _____

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO LOUVOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

4 - “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR AMÉRICO DIAS FERREIRA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“No dia 17 de janeiro de 2020, desapareceu do mundo dos vivos o senhor Américo Dias Ferreira, individualidade prestigiada na comunidade famalicense. _____

Nasceu em 20 de janeiro de 1939 na antiga Freguesia da Carreira, atualmente parte integrante da União das Freguesias de Carreira e Bente, comunidade com a qual desenvolveu estreitos laços de pertença ao longo da sua vida. _____

Cidadão participativo na vida comunitária, foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia após a revolução de 25 de abril de 1974. _____

Na sequência das primeiras eleições autárquicas livres e democráticas, em 12 de dezembro de 1976, foi eleito Presidente da Junta de Freguesia, cargo que exerceu até janeiro de 1998, tendo desempenhado um contributo relevante para o desenvolvimento local. _____

Militante destacado do Partido Socialista, a sua participação cívica não se limitou à esfera política, tendo desempenhado igualmente responsabilidades relevantes no movimento associativo, tendo sido fundador e Presidente da Direção do Grupo Desportivo da Carreira e do Rancho Folclórico da Flor do Monte São Tiago da Carreira. _____

Na reunião de 18 de junho de 1990, a Câmara Municipal deliberou a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Autárquico ao senhor Américo Dias Ferreira. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Américo Dias Ferreira. _____

2. Apresentar as condolências e a solidariedade institucional à família.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE PESAR, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA, TENDO OS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA SE ASSOCIADO A ESTE VOTO.

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.** _____

5 - “2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando a necessidade de se proceder a reajustamentos nas dotações do Plano Plurianual de Investimento e Orçamento. _____

Proponho que a Câmara Municipal aprove, ao abrigo do ponto 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como nos termos do ponto 8.1 da NCP 26 do SNC-AP publicado no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, as alterações orçamentais permutativas ao “Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento de 2020”, discriminadas nos termos dos quadros anexos à proposta.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR A 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA, DISCRIMINADA NOS QUADROS ANEXOS, CUJO TEOR FICA A FAZER PARTE INTEGRANTE DA ATA POR APENSO AO RESPETIVO LIVRO.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

6 - “ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E DE DADOS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando a necessidade de uniformização num só procedimento de todos os contratos que sustentam as comunicações fixas, de dados (ADSL e fibra) e de televisão do Município, foi solicitado pelos serviços da Divisão de Modernização Administrativa e Sociedade de Informação, através do GSE n.º 41210/2019, a abertura de um procedimento tendo em vista assegurar o fornecimento dos referidos serviços. _____

Neste pressuposto, pretende-se que o contrato a celebrar na sequência do referido pedido, seja efetuado pelo período de 3 (três) anos, a contar da data de celebração do contrato, sendo o encargo orçamental estimado de 550.000,00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a seguinte repartição anual da despesa: _____

- Ano 2020 - 91.666,67 €; _____
- Ano 2021 - 183.333,33 €; _____
- Ano 2022 - 183.333,33 €; _____
- Ano 2023 - 91.666,67 €. _____

Mais se informa que o encargo orçamental (preço base) anteriormente indicado, teve por base o valor médio mensal dos consumos faturados em comunicações verificado na anuidade anterior, até ao mês de novembro de 2019, o qual ronda o montante mensal aproximado de 13.700,00 €, acrescido de IVA ($13.700,00 \text{ €} \times 36 = 493.200,00 \text{ €}$), tendo o respetivo valor global estimado do procedimento sido calculado em 550.000,00 €, acrescido de IVA, nele se incluindo o valor necessário a permitir a inclusão de novos serviços análogos aqueles que fazem parte do caderno de encargos, no contrato a celebrar, pelo período contratual máximo de 3 (três) anos. _____

No que concerne à não opção da adjudicação do procedimento por lotes, conforme exigido no n.º 2 do art.º 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações e a redação dada pelo

Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, entende-se que uma vez que estes serviços (voz, internet e TV) ou dependem uns dos outros, ou são disponibilizados em pacotes conjuntos, ou partilhando infraestruturas, não é conveniente a sua separação para efeitos de concurso, já que poderão comprometer o fornecimento ou o bom fornecimento do(s) serviços(s). _____

Assim, e dado que a Câmara Municipal é a entidade competente para promover o lançamento do referido procedimento pré-contratual, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 109.º do CCP, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere: _____

1. Autorizar a realizar a despesa relativa à contratação do fornecimento do serviço de comunicações fixas, de dados e de televisão a este município, com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicidade internacional, pelo período de 3 (três) anos, com possibilidade de ser denunciado por qualquer das partes, com uma antecedência de 180 dias em relação ao final de cada anuidade contratual, e até ao montante global estimado de 550.000,00 € (quinhentos e cinquenta mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

2. Determinar que os encargos resultantes da aquisição referida no número anterior, não devem exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor: _____

- Ano 2020 - 91.666,67 €; _____
- Ano 2021 - 183.333,33 €; _____
- Ano 2022 - 183.333,33 €; _____
- Ano 2023 - 91.666,67 €. _____

- Autorizar a antecipação de verba nos vários anos económicos objeto da contratação, desde que exista dotação orçamental suficiente, e o consumo destes serviços, seja superior ao valor anual estimado; _____

- Estabelecer que em virtude de se tratar de montantes estimados de despesa, fixados para cada ano económico, os mesmos podem ser acrescidos do saldo apurado no ano que antecede. _____

3. Autorizar a abertura do referido procedimento de concurso público, nos termos da al. c), do n.º 1, do artigo 16.º, al. a), do n.º 1, do artigo 20.º, e artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, bem como a aprovação do correspondente Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, cujos documentos se anexam e aqui se dão por integralmente reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta proposta. _____

4. Designar o júri do procedimento composto pelos elementos constantes do Anexo I à presente proposta, bem como do gestor do contrato, conforme previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP. _____

5. Remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para que esta delibere autorizar a necessária e devida assunção do compromisso plurianual, para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. _____

6. Por razões de celeridade procedimental, autorizar igualmente que a consulta ao mercado seja efetuada desde já, através do lançamento do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública, ficando a adjudicação, no entanto, condicionada à autorização da Assembleia Municipal, nos termos referidos no ponto anterior.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“A verba em epígrafe tem cabimento orçamental a qual ficou cativa na rubrica 2203/020209.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO CINCO. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

OBRAS MUNICIPAIS: _____

1 - “RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES E ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO DA EMPREITADA “LOTE 1 - REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL - ETAPA 1 (INTRAURBANA) - FASE 1 - EIXOS 1, 2 E 4 DA REDE DE CICLOVIAS DE V. N. DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Tendo sido submetido pedido esclarecimentos/lista de omissões pelo concorrente “Cândido José Rodrigues, S.A., sobre o Concurso Limitado por Prévia Qualificação da Empreitada “Lote 1 - Rede urbana pedonal e ciclável - Etapa 1 (Intraurbana) - Fase 1 - Eixos 1, 2 e 4 da Rede da Ciclovia de V. N. de Famalicão” e, _____

i) considerando que a obra em causa está sujeita a uma candidatura a financiamento nacional e comunitário, cujo financiamento depende da boa, e atempada execução da obra; _____

ii) considerando a necessidade de não protelar o normal prazo de respostas às questões formuladas pelos concorrentes, sob pena de o prazo para finalizar o procedimento pré-contratual sofresse alteração inoportuna; _____

iii) considerando a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal para a deliberação deste ato atempadamente. _____

Houve necessidade de proferir decisão, em tempo útil, sobre a lista de erros e omissões/esclarecimentos identificados, pelo que se anexa a devida informação com despacho do Presidente da Câmara Municipal, para ratificação. _____

Dado que o ato praticado carece de ratificação por parte do órgão executivo, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 14 de janeiro de 2020 da decisão sobre erros, omissões e esclarecimentos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação da Empreitada: “Lote 1 - Rede urbana pedonal e ciclável - Etapa 1 (Intraurbana) - Fase 1 - Eixos 1, 2 e 4 da Rede da Ciclovia de V. N. de Famalicão”.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **RECURSOS HUMANOS:** _____

1 - “RETIFICAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Sob proposta da Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2019, bem como da deliberação da Assembleia Municipal, datada de 29 de novembro de 2019, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2020, onde consta o Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2020; _____

O disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual, as alterações ao Mapa de Pessoal dependem de autorização prévia do Órgão Deliberativo; _____

O Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2020, foi publicado com inexatidão relativamente à Formação Académica e/ou Profissional correspondente à carreira e categoria de Assistente Técnico, nas áreas de Apoio Técnico e Apoio Técnico em Secretariado; _____

A presente proposta destina-se a retificar o Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2020, por forma a corrigir a Formação Académica e/ou Profissional das áreas acima descritas, mantendo-se inalterados todos os pressupostos que impliquem um aumento de Despesas de Pessoal para o ano de 2020; _____

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação à retificação ao Mapa de Pessoal do Município para o corrente ano, conforme mapa anexo, ao abrigo do disposto do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada, em anexo, pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual.” _____

_____ DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 06 de junho de 2019, foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 28 de junho de 2019, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respetivo Organograma; _____

O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais entrou em vigor no dia 27 de agosto de 2019, após publicação na 2.ª série do Diário da República, n.º 162, de 26 de agosto de 2019, através do aviso n.º 13430/2019, que consagra que o modelo organizacional obedece ao modelo estrutural misto, combinando o modelo de estrutura hierarquizada com o modelo de estrutura matricial aplicado no desenvolvimento de projetos transversais; _____

O Município tem como missão corresponder às aspirações dos cidadãos, mediante políticas públicas inovadoras, apostando na criteriosa aplicação dos recursos disponíveis e na qualidade da prestação dos serviços; _____

O Município tem entre os seus valores a obtenção de elevados padrões de qualidade dos serviços prestados; Máximo aproveitamento possível dos recursos humanos e financeiros disponíveis no quadro de uma gestão racionalizada e moderna; desburocratização, simplificação de práticas, processos de trabalho e procedimentos administrativos, bem como a modernização tecnológica em prol dos valores da transparência, simplificação e desmaterialização de procedimentos, redução de custos, celeridade, correta aplicação das normas e credibilidade da atuação do Município; _____

O novo Regulamento prevê na sua estrutura flexível, subunidades orgânicas dirigidas por dirigentes intermédios de 3.º grau, nomeadamente o Serviço de Fiscalização; Serviço de Proteção de Dados; Serviço de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa; Serviço de Planeamento e Gestão Educativa; Serviço de Infraestruturas Ambientais; Serviço de Sustentabilidade Urbana; Serviço de Reabilitação Urbana; _____

Através do artigo 42.º do Regulamento de Organização dos Serviços, já se encontram definidas as competências, os requisitos do recrutamento e a respetiva remuneração, correspondentes aos cargos de direção intermédia de 3.º grau, em cumprimento com o disposto no n.º 3.º do art.º 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto na sua redação atual, complementadas com as competências definidas no art.º 15.º da referida Lei e com as competências fixadas nos artigos 31.º e seguintes do citado Regulamento, sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhes forem delegadas, nos termos da Lei; Decorre do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo composto por um presidente e dois vogais sendo que o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal enquanto os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos

mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica; _____

Nestes termos, tenho a honra de propor: _____

1. Que a Câmara Municipal, nos termos do art.º 12.º da Lei número 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, delibere abrir procedimento concursal para o provimento de lugares de direção intermédia de 3.º grau visando o provimento dos lugares de Chefe de Serviços Municipal das seguintes unidades orgânicas flexíveis: _____

- Serviço de Fiscalização; _____
- Serviço de Proteção de Dados; _____
- Serviço de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa; _____
- Serviço de Planeamento e Gestão Educativa; _____
- Serviço de Infraestruturas Ambientais; _____
- Serviço de Sustentabilidade Urbana; _____
- Serviço de Reabilitação Urbana. _____

2. Que delibere ainda o órgão executivo que: _____

2.1 Os candidatos devem possuir comprovada experiência de direção de equipas de trabalho, formação profissional adequada, capacidade de promover uma gestão orientada para resultados, de acordo com os objetivos gerais estabelecidos, orientar a sua atividade por critérios de qualidade, eficácia e eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão, capacidade de liderar, motivar e empenhar os colaboradores para o esforço conjunto de melhorar e assegurar o bom desempenho e imagem do serviço, atitude pró-ativa e atuação por elevados padrões de conduta deontológica; _____

2.2 Os métodos de seleção a utilizar são a Avaliação Curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos para o exercício de cargo dirigente para o qual o procedimento concursal é aberto, com base no respetivo currículo, tendo em conta a habilitação académica, formação profissional, experiência profissional geral e específica, e a Entrevista Profissional, que visa avaliar e apreciar as características e os conhecimentos dos candidatos tendo em vista as exigências do cargo, sendo fatores a ponderar a qualidade da experiência profissional, interesses e motivações profissionais, sentido crítico, capacidade de liderança e de orientação de pessoas, capacidade de argumentação e de afirmação; _____

2.3 Os critérios de apreciação e ponderação de cada um dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constarão das atas de reunião do júri do concurso; _____

3. Que mais delibere, propor à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os seguintes júris para os procedimentos concursais identificados no número 1: _____

3.1 Serviço de Fiscalização _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Arq.ª Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora de Departamento do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Dr. Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação, no Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Eng.º Vítor Manuel Gomes Silva, Chefe da Divisão de Eficiência Energética e Manutenção do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Suplente - Eng.º Luís Filipe Carvalho Silva, Chefe da Divisão de Equipamentos do Município de Vila Nova de Famalicão. _____

3.2 Serviço de Proteção de Dados _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Dr. Zeferino Joaquim Silva Araújo Pinheiro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Dr. Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Dr. Marco Miguel Monteiro Magalhães, Chefe da Divisão de Educação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Suplente - Dra. Carla Alexandra Machado Araújo, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivos do Município de Vila Nova de Famalicão. _____

3.3 Serviço de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Dr. Marco Miguel Monteiro Magalhães, Chefe da Divisão de Educação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Dr. Francisco Jorge Vieira Freitas, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico, Economia e Internacionalização do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Dr. Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Suplente - Dr. Nelson Bruno Lima Pereira, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo do Município de Vila Nova de Famalicão. _____

3.4 Serviço de Planeamento e Gestão Educativa _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Dr. Marco Miguel Monteiro Magalhães, Chefe da Divisão de Educação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Dr. Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Dr. Francisco Jorge Vieira Freitas, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico, Economia e Internacionalização do Município de Vila Nova de Famalicão;

2.º Vogal Suplente - Dra. Carla Alexandra Machado Araújo, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivos do Município de Vila Nova de Famalicão. _____

3.5 Serviço de Infraestruturas Ambientais _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Arq.ª Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora de Departamento do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Eng.º Luís Filipe Carvalho Silva, Chefe da Divisão de Equipamentos do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Eng.º Vítor Manuel Gomes Silva, Chefe da Divisão de Eficiência Energética e Manutenção do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Suplente - Arq.ª Maria Manuela Salgado Alves de Araújo, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão do Parque da Devesa do Município de Vila Nova de Famalicão. _____

3.6 Serviço de Sustentabilidade Urbana _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Arq.ª Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora de Departamento do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Eng.º Luís Filipe Carvalho Silva, Chefe da Divisão de Equipamentos do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Eng.º Vítor Manuel Gomes Silva, Chefe da Divisão de Eficiência Energética e Manutenção do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Suplente - Arq.ª Maria Manuela Salgado Alves de Araújo, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão do Parque da Devesa do Município de Vila Nova de Famalicão. _____

3.7 Serviço de Reabilitação Urbana _____

Presidente - Dr. Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal na Direção Geral Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Efetivo - Arq.ª Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora de Departamento do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Efetivo - Dr. Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação do Município de Vila Nova de Famalicão; _____

1.º Vogal Suplente - Eng.º Luís Filipe Carvalho Silva, Chefe da Divisão de Equipamentos do município de Vila Nova de Famalicão; _____

2.º Vogal Suplente - Eng.º Vítor Manuel Gomes Silva, Chefe da Divisão de Eficiência Energética e Manutenção do Município de Vila Nova de Famalicão.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO TRÊS.

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA.

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA.

ORD. E GESTÃO URBANÍSTICA:

1 - “NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA INTEGRAR AS COMISSÕES CONSULTIVAS DAS REVISÕES DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DOS CONCELHOS VIZINHOS”

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:

“Considerando que:

Nos termos do n.º 1 do artigo 83.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) o acompanhamento do plano diretor municipal (PDM) é assegurado por uma Comissão Consultiva de natureza colegial, coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente; _
De acordo com o no artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, a Comissão Consultiva é composta, entre outros elementos, por representantes dos municípios vizinhos;

O acompanhamento da elaboração dos planos municipais por parte da Comissão Consultiva tem por objetivo: a) promover a respetiva conformidade ou compatibilização com os programas de âmbito regional ou nacional, bem como a sua harmonização com quaisquer outros planos, programas e projetos, de interesse municipal ou intermunicipal;

b) permitir a ponderação das diversas ações da Administração Pública suscetíveis de condicionar as soluções propostas, garantindo uma informação atualizada sobre as mesmas; c) promover o estabelecimento de uma adequada concertação de interesses (artigo 82.º do RJIGT); _____

De acordo com o disposto no artigo 9.º da citada Portaria n.º 277/2015, compete em especial à Comissão Consultiva: acompanhar de forma continuada os trabalhos de revisão do PDM; informar os serviços e entidades nela representados sobre os planos, programas e projetos, designadamente de iniciativa pública, com incidência na área territorial, promovendo a efetiva aplicação do princípio geral da coordenação estipulado no artigo 22.º do RJIGT; garantir a explicação clara e inequívoca das posições das entidades representadas; ponderar, concertar e articular os interesses públicos entre si e com os interesses privados, transmitidos por via do exercício do direito à participação, com vista ao consequente aperfeiçoamento das soluções do plano e à definição de soluções concertadas; e apoiar a entidade responsável pelo plano, sempre que esta o solicite, no desenvolvimento dos trabalhos, de elaboração ou de revisão do PDM; _____

O novo RJIGT veio prever a “obrigatoriedade de a elaboração dos programas e planos territoriais ser desenvolvida a partir de uma plataforma eletrónica, sediada na Direção-Geral do Território”; _____

Os gestores dos processos de acompanhamento das revisões dos PDM dos concelhos vizinhos, solicitam através da referida plataforma, a nomeação de técnico(s) desta Autarquia para os efeitos previstos no artigo 83.º do RJIGT, em articulação com artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, sendo que, para o efeito o administrador da Câmara Municipal - arquiteta Maria Francisca Pinto Mora Pinto de Magalhães (Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística), nomeada por despacho do Ex.mo Presidente da Câmara Municipal, de 12/01/2018, terá de aceder à

referida plataforma, para nomear os técnicos que vierem a ser indicados por esta Autarquia; _____

A nomeação dos técnicos para acompanhamento do plano inclui obrigatoriamente a delegação ou subdelegação dos poderes adequados para efeitos de vinculação dos serviços, nos termos do disposto das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 84.º do RJIGT e do artigo 6.º da citada Portaria n.º 277/2015; _____

Por fim, nos termos do disposto na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal designar os seus representantes em quaisquer entidades nas quais o Município participe.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Designar como seus representantes nas Comissões Consultivas das revisões dos Planos Diretores Municipais dos concelhos vizinhos, a arquiteta Maria Francisca Pinto Mora Pinto de Magalhães - Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística, a arquiteta Márcia Andreia Magalhães Moraes, o arquiteto Jorge Miguel Faria Ribeiro e a geógrafa Joana Isabel da Silva Pereira – técnicos superiores da Divisão de Ordenamento do Território e Projeto Urbano, a designar caso a caso; _____

2 - Conferir aos representantes acima designados os poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação nas Comissões Consultivas das revisões dos Planos Diretores Municipais dos concelhos vizinhos.” ____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DA 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A deliberação municipal de 06 de junho, relativa à elaboração da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Famalicão, foi publicada no Diário da República 2.ª série, n.º 147, de 2 de agosto de 2019, Aviso n.º 12403/2019; _____

Nos termos do n.º 1 do artigo 83.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) o acompanhamento do PDM é assegurado por uma Comissão Consultiva de natureza colegial, coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente; _____

A constituição da Comissão Consultiva da 2.ª revisão do PDM de Vila Nova de Famalicão, foi publicitada pelo Aviso n.º 15911/2019, de 8 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 193, de 8 de outubro de 2019; _____

O acompanhamento da elaboração dos planos municipais por parte da Comissão Consultiva tem por objetivo: a) promover a respetiva conformidade ou compatibilização com os programas de âmbito regional ou nacional, bem como a sua harmonização com quaisquer outros planos, programas e projetos, de interesse municipal ou intermunicipal; b) permitir a ponderação das diversas ações da Administração Pública suscetíveis de condicionar as soluções propostas, garantindo uma informação atualizada sobre as mesmas; c) promover o estabelecimento de uma adequada concertação de interesses (artigo 82.º do RJIGT); _____

De acordo com o disposto no artigo 9.º da citada Portaria n.º 277/2015, compete em especial à Comissão Consultiva: acompanhar de forma continuada os trabalhos de revisão

do PDM; informar os serviços e entidades nela representados sobre os planos, programas e projetos, designadamente de iniciativa pública, com incidência na área territorial, promovendo a efetiva aplicação do princípio geral da coordenação estipulado no artigo 22.º do RJIGT; garantir a explicação clara e inequívoca das posições das entidades representadas; ponderar, concertar e articular os interesses públicos entre si e com os interesses privados, transmitidos por via do exercício do direito à participação, com vista ao consequente aperfeiçoamento das soluções do plano e à definição de soluções concertadas; e apoiar a entidade responsável pelo plano, sempre que esta o solicite, no desenvolvimento dos trabalhos, de elaboração ou de revisão do PDM; _____

O novo RJIGT veio prever a “obrigatoriedade de a elaboração dos programas e planos territoriais ser desenvolvida a partir de uma plataforma eletrónica, sediada na Direção-Geral do Território”; _____

O gestor do processo de acompanhamento da 2.ª revisão do PDM do município, solicitou através da referida plataforma, a nomeação de técnico(s) desta Autarquia para os efeitos previstos no artigo 83.º do RJIGT, em articulação com artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, sendo que, para o efeito o administrador da Câmara Municipal - arquiteta Maria Francisca Pinto Mora Pinto de Magalhães (Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística), nomeada por despacho do Ex.mo Presidente da Câmara Municipal, de 12/01/2018, terá de aceder à referida plataforma, para nomear os técnicos que vierem a ser indicados por esta Autarquia; _____

A nomeação dos técnicos para acompanhamento do plano inclui obrigatoriamente a delegação ou subdelegação dos poderes adequados para efeitos de vinculação dos serviços, nos termos do disposto das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 84.º do RJIGT e do artigo 6.º da citada Portaria n.º 277/2015; _____

Por fim, nos termos do disposto na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal designar os seus representantes em quaisquer entidades nas quais o Município participe. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Designar como sua representante na Comissão Consultiva da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão, a arquiteta Maria Francisca Pinto Mora Pinto de Magalhães - Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística e em sua substituição, em situações de faltas ou impedimentos, a geógrafa Joana Isabel da Silva Pereira - técnica superior da Divisão de Ordenamento do Território e Projeto Urbano. _____

2 - Conferir às representantes acima designadas os poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação na Comissão Consultiva da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **SOLIDARIEDADE SOCIAL:** _____

1 - “TRANSPORTE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“A política educativa conduzida pelo Município de Vila Nova de Famalicão tem como finalidade assegurar o acesso de todos os Famalicenseiros a uma educação de qualidade, independentemente da sua idade, sexo, etnia e condição económica. _____

A Câmara Municipal tem apoiado o respetivo transporte para a frequência das estruturas de apoio social, aos alunos carenciados que solicitam à Câmara Municipal, o respetivo subsídio, em virtude de não possuírem rendimentos capazes para suportar as despesas.

Nos termos das alíneas u) e v) do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a atividades de natureza diversa e que se revistam de interesse para o Município. _____

Nos termos dos nº1 e 2 do artigo 69.º, ambos do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, a Câmara Municipal pode deliberar sobre formas de apoio a iniciativas e instituições que desenvolvam atividades de interesse municipal. _____

Termos em que tenho a honra de propor: _____

1. Que a Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento do transporte especial, até ao montante previsto de 23 575.30€ (vinte e três mil quinhentos e setenta e cinco euros e trinta cêntimos), conforme tabela em anexo à proposta. _____

2. Pagar o previsto no nº1, de acordo com as disponibilidades financeiras do município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 124/2019, efetuados com base no cabimento nº 391/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

JURÍDICO E CONTENCIOSO: _____

1 - “PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A Administração Local, em concretização dos princípios constitucionais da autonomia do poder local, da descentralização administrativa e da subsidiariedade, dispõe de poder regulamentar próprio, nos limites da Constituição da República Portuguesa (CRP), das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar, ex vi artigo 241.º da CRP e artigos 97.º e seguintes e 135.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo (CPA); _____

As autarquias locais têm, assim, competência para aprovar os regulamentos necessários para regular diversos aspetos da vida local, desde que essa regulamentação caiba no quadro das respetivas atribuições e competências autárquicas e sejam respeitados os princípios e normas da Constituição, das leis aplicáveis e os regulamentos emanados do governo e de autarquias de grau superior; _____

Nos termos do disposto nas alíneas a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Município dispõe de atribuições nos domínios do equipamento urbano e da promoção do desenvolvimento; _____

A Câmara Municipal tem competência para administrar o domínio público municipal, nos termos previstos na alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____

O Mercado Municipal, património municipal, constitui uma importante e histórica infraestrutura de abastecimento local, cuja identidade própria importa preservar; _____

As normas relativas à organização, funcionamento, disciplina e limpeza e segurança interior do Mercado Municipal, constantes do Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2016, e retificado em 11 de julho de 2016, conforme publicação em

Diário da República, 2.^a série, n.º 131, no seu Livro II, Título III, artigos 47.º e seguintes, revelam-se desajustadas face às alterações introduzidas pelas obras de reabilitação em curso; _____

Concluídas as obras, o Mercado Municipal surgirá como um espaço renovado, dotado de novas infraestruturas, equipamentos e novos espaços de venda; _____

A par de um processo de modernização do Mercado Municipal, numa perspetiva arquitetónica, é importante colocar em prática uma nova forma de organização e gestão que considere o Mercado como um todo, de forma a ir ao encontro das exigências dos consumidores atuais, definindo os produtos e serviços que estes mais necessitam e uma estratégia de marketing e comunicação adequada. _____

Neste contexto, surge a necessidade de elaboração de um novo Regulamento, com a definição de novas regras de organização, funcionamento e disciplina, acautelando-se a permanência dos comerciantes anteriormente instalados, com respeito pelos direitos adquiridos por estes; bem como de atualização do valor das taxas relativas ao Mercado Municipal, assim como a criação de taxas para os novos espaços e serviços, as quais, por uma razão de maior celeridade, constam do Anexo II do projeto de Regulamento; ____

Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 100.º, 101.º, 135.º a 147.º do Código do Procedimento Administrativo, nas alíneas a), l) e m) do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e nas alíneas k), ee), ff), qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico), na sua redação atual, e do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro (Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio de Comércio, Serviços e Restauração); _____

Ao abrigo, ainda, do disposto nos artigos 15.º e 20.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais), bem como nas disposições constantes da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, e no Código do Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, e nos artigos 4.º, 5.º e 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais), todos nas suas redações atualizadas; _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aprovar o projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Vila Nova de Famalicão, anexo à presente proposta, cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido, dela fazendo parte integrante; _____

2 - Submeter o projeto de Regulamento a consulta pública por um período de 30 (trinta) dias contados da data da sua publicação no Diário da República, devendo ainda o mesmo ser divulgado por edital a afixar nos locais de estilo e publicitado no sítio eletrónico do Município; _____

3 - Findo o prazo mencionado no número 2, as eventuais propostas de correção, alteração ou inovação, depois de devidamente apreciadas pelos competentes serviços, sejam remetidas à Câmara Municipal para que sobre elas se pronuncie.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.** _____

PATRIMÓNIO: _____

1 - “CEDÊNCIA À FREGUESIA DE BAIRRO EM REGIME DE COMODATO DO EDIFÍCIO DA ESCOLA EB1 DE LAGOÇOS (ESCOLA DA FERREIRINHA)” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Em 06 de agosto de 2015 foi deliberada a cedência à freguesia de Bairro em regime de contrato de comodato dos Edifícios das Escolas de EB1 de Lagoços e Jardim de Infância da Pedreira, conforme deliberação que se anexa à proposta; _____

Presentemente, a freguesia de Bairro propôs à Câmara Municipal a celebração de um contrato que tendo apenas por objeto a cedência, a título gratuito, do edifício Escolar da EB1 de Lagoços, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1418, e inscrito na Matriz sob o artigo 517, sita em Lagoços, hoje Avenida Silva Pereira, da freguesia de Bairro, visto que não pretende ocupar o Jardim de Infância; _____

Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias, designadamente os domínios da Educação, do Património e Cultura, Tempos Livres, Desporto e Ação Social nos termos do disposto na alínea d), e) e f), dos n.ºs 2 e 1 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; _____

A Câmara Municipal não tem, atualmente, interesse na posse deste imóvel e que a junta de freguesia de Bairro manifestou interesse e aceita a cedência do edifício escolar nas condições exaradas nesta proposta, bem como na minuta de contrato de comodato que se anexa e que faz parte integrante desta proposta; _____

O contrato de comodato, previsto nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil, é o contrato através do qual uma das partes proporciona à outra, mediante entrega, o gozo temporário de uma coisa imóvel ou coisa móvel, sem retribuição, com a obrigação de a restituir, pelo que é sem dúvida o mais adequado aos objetivos visados e o que melhor se enquadra juridicamente nos interesses da Câmara Municipal. _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

- 1 - Revogar a deliberação da Câmara Municipal, datada de 06 de agosto de 2015; _____
- 2 - Autorizar a cedência, atentos os fundamentos invocados no corpo da presente proposta, em regime de contrato de comodato, pelo prazo de 4 anos e nas condições fixadas na respetiva minuta de contrato que se anexa e cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido, à freguesia de Bairro da Escola EB1 Lagoços (Escola Ferreirinha), descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1418, e inscrito na Matriz sob o artigo 517, sito na Avenida Silva Pereira; _____
- 3 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva cedência em regime de comodato e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.** _____

2 - “ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO DIREITO DE SUPERFÍCIE
CONSTITUÍDO SOBRE O PRÉDIO URBANO, SITO NO LUGAR DE BARRADAS,
FREGUESIA DO LOURO, DESTE CONCELHO, A FAVOR DA FREGUESIA DE
BRUFE” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município de Vila Nova de Famalicão e a Freguesia de Brufe, N.I.P.C. 506915670, com sede na Rua dos Tanques, n.º 54, freguesia de Brufe, deste concelho, celebraram em 23 de outubro de 2015, escritura de cedência de direito de superfície sobre o prédio urbano, composto de terreno destinado a equipamentos coletivos (Campo de

Jogos/Futebol) com a área de 8765,00 m², sito no lugar de Barradas, freguesia do Louro, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 473 - Louro e inscrito na matriz sob o artigo 1084. _____

O direito de superfície teve como fim beneficiar a vida desportiva da Freguesia, podendo esta disponibilizar aquele espaço a outras entidades desportivas que entenda idóneas para o uso daquele Campo de Jogos/Futebol. _____

A superficiária está sujeita ao cumprimento de certas condições que constam da escritura e do registo predial (documentos que se anexam e constituem parte integrante da presente proposta). _____

De entre essas condições ficou estabelecido que o prazo do direito de superfície é de 10 anos, findo o qual será o mesmo renovado por iguais períodos, salvo se o contrato for denunciado pelo Município, por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de um ano, a contar do final do prazo ou das suas renovações. _____

Mais ficou estabelecido que a superficiária fica obrigada a utilizar o prédio cedido e as benfeitorias a realizar no mesmo para o fim destinado, bem como não pode transmitir no todo ou em parte o direito ora constituído, salvo mediante autorização da Câmara Municipal, dada por escrito, devidamente fundamentada, ressalvando-se desta proibição as cedências de utilização do espaço a outras entidades que pretendam promover atividades desportivas e beneficiem, nomeadamente, a vida desportiva da Freguesia de Brufe. _____

Nesse seguimento, a freguesia de Brufe cedeu a utilização do espaço ao Futebol Clube Brufense 1957, que pretende candidatar-se a um projeto de financiamento, no qual só são aceites candidaturas de entidades que possuam um contrato de cedência de utilização com uma validade não inferior a 40 anos, motivo pelo qual solicitou a extensão do prazo fixado por esse período. _____

É do interesse deste Município apoiar o desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, entre outras, que deem resposta aos interesses da população. _____

Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com as Freguesias, designadamente nos domínios do património, cultura, tempos livres e desporto, nos termos do disposto no n.º 1 e nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor. _____

A Câmara Municipal dispõe de competências próprias para administrar o património municipal e para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, entre outras, ao abrigo do disposto nas alíneas t) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor e para deliberar sob formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o Município, nos termos da alínea o), do n.º 1, do citado artigo 33.º. _____

Nos termos da alínea g), do n.º 1, do referido artigo 33.º, a Câmara Municipal tem competência para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mensal mínima garantida. _____

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, permite a constituição de direito de superfície sobre bens imóveis integrantes do domínio privado das autarquias locais. _____

Posto isto, propõe-se a alteração das condições de cedência do direito de superfície, no que diz respeito ao prazo, mantendo-se todas as restantes condições nos termos que se passam a referir. _____

A primeira condição passa a ter a seguinte redação: «1) O prazo do direito de superfície é de quarenta anos, salvo se o contrato for denunciado pelo Município, por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de um ano, a contar do final do prazo». Por sua vez a condição número quatro passa a ter a seguinte redação: «a) Findo o prazo de cedência;».

Tenho a honra de propor:

1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a alteração das condições do direito de superfície, constituído por escritura de 23 de outubro de 2015, sobre o prédio urbano, composto de terreno destinado a equipamentos coletivos (Campo de Jogos/Futebol), sito no lugar de Barradas, freguesia do Louro, deste concelho, a favor da Freguesia de Brufe, nos termos descritos no corpo da presente proposta;

2 - Que mais delibere conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de alteração da constituição de direito de superfície e demais atos legais que se revelem necessários.”

DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA.

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA.

3 - “DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO,

DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ Nº 15/1997,
FREGUESIA DE MOGEGE” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município é dono e legítimo proprietário de uma parcela de terreno com a área de 360,00m², sita no Lugar de Berredo, Rua 25 de Abril, freguesia de Mogege, a qual ingressou na sua esfera dominial por cedência obrigatória ao domínio público, no âmbito do alvará de loteamento n.º 15/1997; _____

Foi manifestado o interesse de iniciativa particular na aquisição dessa parcela de terreno, pelo que esta Câmara Municipal entendeu iniciar o procedimento urbanístico de alteração das especificações do alvará de loteamento, de forma a alterar a natureza da parcela de terreno cedida, atento o interesse demonstrado pelos particulares, convertendo-a em dois novos lotes, designados por lote n.º 7 e lote n.º 8, com a área de 115,00m² e 129,00m², respetivamente, destinados a construção; _____

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 5 de dezembro de 2012, “não ter interesse em manter no domínio público as parcelas identificadas nos pontos 1.1 a 1.44 da proposta e consequentemente autorizar a sua desanexação”; _____

A Assembleia Municipal deliberou, na sua reunião de 25 de fevereiro de 2013, o seguinte: “Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu terceiro ponto, a discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a desafetação de parcelas afetas ao domínio público e afetação ao domínio privado do município, nos termos dos pontos 3 e 4 da proposta. Discutido o assunto, foi deliberado, por maioria, com sessenta e um votos a favor e dezasseis abstenções, aprovar a referida proposta da Câmara Municipal”; _____

Cumpridos todos os trâmites legais atinentes ao procedimento urbanístico de alteração, foi emitido o alvará de alteração ao alvará de loteamento n.º 15/1997, em 12 de dezembro de 2019, encontrando-se a parcela de terreno em questão identificada pela designação lote n.º 7 e lote n.º 8, com a área total de 244,00m², destinada a construção, tendo-se verificado que esta parcela de terreno, por lapso, não consta das parcelas de terreno desafetadas na reunião deste órgão de 05/12/2012; _____

Foi efetuada a sua participação à matriz na sequência de declaração para inscrição de prédios urbanos na matriz (Modelo 1 do IMI), apresentado no 1.º Serviço de Finanças deste Concelho, em 09 de janeiro de 2020, e consequentemente os prédios inscritos na matriz predial urbana sob os artigos P1372 e P1373, da freguesia de Mogege; _____

Para efeitos de registo da aquisição da parcela de terreno a favor do Município junto da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, entende-se que é necessário a desafetação do bem do domínio público pelo órgão competente, sendo este o título bastante para efeitos de registo de aquisição a favor do Município; _____

Nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, “deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal”; _____

Nos termos da alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º da citada Lei, compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal; _____

Por fim, de acordo com a alínea ccc), do n.º 1 do citado artigo 33.º, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Declarar não ter interesse em manter no seu domínio público a parcela de terreno com a área de 244,00 metros quadrados, cedida ao Município com a emissão do alvará de loteamento n.º 15/1997, sita no Lugar de Berredo, Rua 25 de Abril, da freguesia de Mogege, deste concelho, identificada como Lote n.º 7 e Lote n.º 8, inscrita na matriz predial urbana sob os artigos P1372 e P1373, da freguesia de Mogege. _____

2 - Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a fim de obter a necessária autorização para desafetar do domínio público para o domínio privado do Município a parcela de terreno melhor identificada no ponto anterior.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO DOIS. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

4 - “REGISTO DE AQUISIÇÃO, POR DESANEXAÇÃO, DA ÁREA DE 542,00M2, DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/2001, DA FREGUESIA DE GONDIFELOS” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 5 de dezembro de 2012, “não ter interesse em manter no domínio público as parcelas identificadas nos pontos 1.1 a 1.44 da proposta e consequentemente autorizar a sua desanexação”; _____

No ponto 1.19 foi identificada a seguinte parcela de terreno: “Gondifelos, do processo 6726/00, alvará de loteamento 11/01, a área de 600,00m²”; _____

A Assembleia Municipal deliberou, na sua reunião de 25 de fevereiro de 2013, o seguinte: “Da sua ordem de trabalhos, constava, no seu terceiro ponto, a discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a desafetação de parcelas afetas ao domínio público e afetação ao domínio privado do município, nos termos dos pontos 3 e 4 da proposta. Discutido o assunto, foi deliberado, por maioria, com sessenta e um votos a favor e dezasseis abstenções, aprovar a referida proposta da Câmara Municipal”; _____

Posteriormente, foi promovida a alteração ao alvará de loteamento (processo n.º LAL - 70/2019), que consistiu na alteração de 542,00 m² cedidos para o domínio público, para uma parcela de construção, do domínio privado do município de Vila Nova de Famalicão, passando a designar-se por lote n.º 10; _____

Com efeito, de acordo com os elementos constantes do processo urbanístico, concluiu-se que, de momento, a alteração deveria incidir apenas sobre a área de 542,00 m², já afeta ao domínio privado do município, atenta a mencionada deliberação da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2013; _____

Considerando tudo isto, cumpridos todos os trâmites legais atinentes ao procedimento urbanístico de alteração, foi emitido o alvará de alteração ao alvará de loteamento n.º 11/2001, aprovada por despacho de 21 de novembro de 2019, encontrando-se a parcela de terreno em questão melhor identificada pela designação lote n.º 10, com a área de 542,00 m², tendo sido feita a sua participação à matriz na sequência de declaração para

inscrição de prédios urbanos na matriz (Modelo 1), apresentado no 2.º Serviço de Finanças deste Concelho, em 26 de dezembro de 2019, e consequentemente o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P2655, e foi efetuado o averbamento à descrição predial, do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 555 - Gondifelos, através da AP. 2128, de 17 de dezembro de 2019; _____

Considerando por fim, que não foi utilizada a totalidade da área desafetada, mas apenas 542,00 m2, e após contacto informal com a Conservatória do Registo Predial, se entendeu que, para efeitos de registo da aquisição, por desanexação, desta parcela de terreno, a sua área deveria ser ratificada pela Câmara Municipal. _____

Tenho a honra de propor que: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere aprovar, por ratificação, a área da parcela de terreno melhor identificada no corpo da presente Proposta.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

5 - “AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO DE PRÉDIO URBANO, SITO NA RUA DO PAVILHÃO, DA FREGUESIA DE DELÃES, DESTE CONCELHO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE DELÃES” ____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Município de Vila Nova de Famalicão é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano, constituído por um edifício de rés-do-chão, destinado a serviços,

com a área total de 3.200,00 m², área de implantação e área bruta de construção de 1.814,00 m², onde se encontra edificado um edifício destinado a pavilhão Gimnodesportivo de Delães, sito na Rua do Pavilhão, da freguesia de Delães, deste concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1776 urbano, não se encontrando, contudo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; ____

Considerando que este Município não tem um título formal que comprove a sua propriedade ou legitime o seu domínio, nem o mesmo prédio se encontra registado a seu favor junto da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando, porém, que este prédio se encontra na sua posse há mais de vinte anos, tendo sido este quem construiu, de raiz, este edifício desportivo, sendo igualmente quem sempre o manteve e conservou, tendo, por diversas vezes, feito obras de melhoramento; Considerando que sempre atuou como proprietário deste edifício, que se encontra na sua posse há mais de vinte anos, tendo, então, aí sido instalado edifício destinado a pavilhão Gimnodesportivo; _____

Considerando que a posse a justificar tem sido pacífica e sem violência, contínua, de boa-fé, pública, à vista, com o conhecimento e sem oposição de quem quer que seja; ____

Considerando que o Município tem, desde sempre, exercido sobre o referido prédio todos os poderes de facto correspondentes ao direito de propriedade do mesmo, usufruindo-o em nome próprio, gozando de todas as utilidades por ele proporcionadas, colocando-o ao serviço da população, enquanto edifício desportivo, com o ânimo de quem exercita direito próprio; _____

Considerando que toda a população concelhia reconhece, sem reservas, que aquele edifício é propriedade municipal; _____

Considerando que a posse assim mantida em nada obsta à aquisição do direito de propriedade por usucapião, para efeitos de primeira inscrição no registo predial, uma vez

que esta aquisição não é suscetível de ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere adquirir, por usucapião, o prédio urbano melhor identificado no corpo da presente proposta, inscrito na matriz predial sob o artigo 1776 urbano, da freguesia de Delães, deste concelho, lavrando-se escritura de justificação notarial, tendo em vista o posterior registo da propriedade na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, devendo, em cumprimento do artigo 96.º do Código do Notariado outorgar na referida escritura, como declarantes, Maria Alice Novais Rocha, Joaquim Carvalho Granja Silva e Domingos Joaquim Ferreira Barbosa da Silva Casais, todos residentes neste concelho. _____

2 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de justificação notarial e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

6 - “AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO DE PRÉDIO URBANO, SITO NO LUGAR DE CURVACEIRAS, LAVADOURO OU TRIGOS, DA FREGUESIA DO LOURO, DESTE CONCELHO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO UM POÇO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Município de Vila Nova de Famalicão é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano, constituído por parcela de terreno para construção urbana, com a área total de 874,00 m², onde se encontra instalado um poço de captação de água, sito no Lugar de Curvaceiras, Lavadouro ou Trigos, da freguesia do Louro, deste Concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1118 urbano, não se encontrando, contudo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando que este Município não tem um título formal que comprove a sua propriedade ou legitime o seu domínio, nem o mesmo prédio se encontra registado a seu favor junto da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando, porém, que este prédio se encontra na sua posse há mais de trinta anos, tendo sido este quem construiu um poço para reforço do abastecimento domiciliário a partir do Rio Este, sendo igualmente quem sempre o manteve e conservou, atuando sempre como proprietário; _____

Considerando que a posse a justificar tem sido pacífica e sem violência, contínua, de boa-fé, pública, à vista, com o conhecimento e sem oposição de quem quer que seja; _____

Considerando que o Município tem, desde sempre, exercido sobre o referido prédio todos os poderes de facto correspondentes ao direito de propriedade do mesmo, usufruindo-o em nome próprio, gozando de todas as utilidades por ele proporcionadas, colocando-o ao serviço da população, com o ânimo de quem exercita direito próprio; _____

Considerando que toda a população concelhia reconhece, sem reservas, que aquele terreno é propriedade municipal; _____

Considerando que a posse assim mantida em nada obsta à aquisição do direito de propriedade por usucapião, para efeitos de primeira inscrição no registo predial, uma vez que esta aquisição não é suscetível de ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere adquirir, por usucapião, o prédio urbano melhor identificado no corpo da presente proposta, inscrito na matriz predial sob o artigo 1118 urbano, da freguesia do Louro, deste concelho, lavrando-se escritura de justificação notarial, tendo em vista o posterior registo da propriedade na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, devendo, em cumprimento do artigo 96.º do Código do Notariado outorgar na referida escritura, como declarantes, Maria Alice Novais Rocha, Joaquim Carvalho Granja Silva e Domingos Joaquim Ferreira Barbosa da Silva Casais, todos residentes neste concelho. _____

2 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de justificação notarial e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

7 - “AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO DE PRÉDIO URBANO, SITO NO LUGAR DE LAGE, NA RUA RODRIGUES SAMPAIO, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, DESTE CONCELHO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O EDIFÍCIO ESCOLAR PRÉ-PRIMÁRIA DO LAGE” _

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Município de Vila Nova de Famalicão é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano, constituído por um edifício de rés-do-chão, destinado a serviços, com a área total de 21.399,70 m2, área de implantação e área bruta de construção de

662,00 m2, onde se encontra instalado o edifício escolar denominado de Edifício Escolar Pré-Primária da Lage, sito no Lugar de Lage, na Rua Rodrigues Sampaio, da união de freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, deste concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P4838 urbano, não se encontrando, contudo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando que este Município não tem um título formal que comprove a sua propriedade ou legitime o seu domínio, nem o mesmo prédio se encontra registado a seu favor junto da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando, porém, que este prédio se encontra na sua posse há mais de vinte anos, tendo sido este quem construiu, de raiz, este edifício escolar, sendo igualmente quem sempre o manteve e conservou, tendo, por diversas vezes, feito obras de melhoramento; Considerando que sempre atuou como proprietário deste edifício, cujo terreno se encontra na sua posse há mais de vinte anos, tendo, então, aí sido instalado edifício destinado escola; _____

Considerando que a posse a justificar tem sido pacífica e sem violência, contínua, de boa-fé, pública, à vista, com o conhecimento e sem oposição de quem quer que seja; _____

Considerando que o Município tem, desde sempre, exercido sobre o referido prédio todos os poderes de facto correspondentes ao direito de propriedade do mesmo, usufruindo-o em nome próprio, gozando de todas as utilidades por ele proporcionadas, colocando-o ao serviço da população, enquanto edifício escolar, com o ânimo de quem exercita direito próprio; _____

Considerando que toda a população concelhia reconhece, sem reservas, que aquele edifício é propriedade municipal; _____

Considerando que a posse assim mantida em nada obsta à aquisição do direito de propriedade por usucapião, para efeitos de primeira inscrição no registo predial, uma vez

que esta aquisição não é suscetível de ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere adquirir, por usucapião, o prédio urbano melhor identificado no corpo da presente proposta, inscrito na matriz predial sob o artigo P4838 urbano, da união de freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, deste concelho, lavrando-se escritura de justificação notarial, tendo em vista o posterior registo da propriedade na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, devendo, em cumprimento do artigo 96.º do Código do Notariado outorgar na referida escritura, como declarantes, Maria Alice Novais Rocha, Joaquim Carvalho Granja Silva e Domingos Joaquim Ferreira Barbosa da Silva Casais, todos residentes neste concelho.

2 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de justificação notarial e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

8 - “AQUISIÇÃO POR USUCAPIÃO DE PRÉDIO URBANO, SITO NO LUGAR DE AGRA, NA RUA DA AGRA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE, DESTE CONCELHO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O EDIFÍCIO ESCOLAR PRÉ-PRIMÁRIA DE BENTE” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Município de Vila Nova de Famalicão é dono e legítimo possuidor de um prédio urbano, constituído por um edifício de rés-do-chão, destinado a serviços, com a área total de 820,80 m², área de implantação e área bruta de construção de 388,90 m², onde se encontra instalado o edifício escolar denominado de Edifício Escolar Pré-Primária de Bente, sito no Lugar de Agra, na Rua da Agra, da união de freguesias de Carreira e Bente, deste concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P1134 urbano, não se encontrando, contudo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando que este Município não tem um título formal que comprove a sua propriedade ou legitime o seu domínio, nem o mesmo prédio se encontra registado a seu favor junto da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão; _____

Considerando, porém, que este prédio se encontra na sua posse há mais de vinte anos, tendo sido este quem construiu, de raiz, este edifício escolar, sendo igualmente quem sempre o manteve e conservou, tendo, por diversas vezes, feito obras de melhoramento; Considerando que sempre atuou como proprietário deste edifício, cujo terreno se encontra na sua posse há mais de vinte anos, tendo, então, aí sido instalado edifício destinado escola; _____

Considerando que a posse a justificar tem sido pacífica e sem violência, contínua, de boa-fé, pública, à vista, com o conhecimento e sem oposição de quem quer que seja; _____

Considerando que o Município tem, desde sempre, exercido sobre o referido prédio todos os poderes de facto correspondentes ao direito de propriedade do mesmo, usufruindo-o em nome próprio, gozando de todas as utilidades por ele proporcionadas, colocando-o ao serviço da população, enquanto edifício escolar, com o ânimo de quem exercita direito próprio; _____

Considerando que toda a população concelhia reconhece, sem reservas, que aquele edifício é propriedade municipal; _____

Considerando que a posse assim mantida em nada obsta à aquisição do direito de propriedade por usucapião, para efeitos de primeira inscrição no registo predial, uma vez que esta aquisição não é suscetível de ser comprovada por qualquer outro título formal extrajudicial. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere adquirir, por usucapião, o prédio urbano melhor identificado no corpo da presente proposta, inscrito na matriz predial sob o artigo P1134 urbano, da união de freguesias de Carreira e Bente, deste concelho, lavrando-se escritura de justificação notarial, tendo em vista o posterior registo da propriedade na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, devendo, em cumprimento do artigo 96.º do Código do Notariado outorgar na referida escritura, como declarantes, Maria Alice Novais Rocha, Joaquim Carvalho Granja Silva e Domingos Joaquim Ferreira Barbosa da Silva Casais, todos residentes neste concelho. _____

2 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de justificação notarial e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

EQUIPAMENTOS: _____

1 - “APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO DA EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE V. N. DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Tendo sido elaborado o relatório final de análise de propostas e minuta do contrato referente ao concurso limitado por prévia qualificação da empreitada “Construção da Loja do Cidadão de V. N. de Famalicão”, de acordo com os artigos 148º e 98º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, faz-se as suas apresentações em anexo à proposta. _____

Estão previstos trabalhos no valor de 1.835.718,26 euros (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e dezoito euros e vinte e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o prazo de execução de 365 dias. O valor previsto para o ano de 2020 é de 527.690,26 euros (quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos noventa euros e vinte e seis cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o relatório final de análise de propostas e minuta do contrato do concurso limitado por prévia qualificação da empreitada “Construção da Loja do Cidadão de V. N. de Famalicão”. _____

2. A consequente adjudicação da empreitada referida à empresa NVE Engenharias, S.A., contribuinte n.º 502 701 110, ao abrigo dos artigos 73º e 76º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, pelo valor de 1.835.718,26 euros (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e dezoito euros e vinte e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, que

está previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, com o projeto de ação n.º 114/2015.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 460/2019, efetuados com base no cabimento n.º 533/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **HABITAÇÃO:** _____

1 - “EMPREITADA DESIGNADA “REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DA CAL - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE V. N. DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO” - DECISÃO DE NOVA ADJUDICAÇÃO” _____

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A 26/11/2019 a Câmara Municipal deliberou adjudicar a empreitada “Reabilitação do Bairro Social da Cal - União das freguesias de V. N. de Famalicão e Calendário” ao concorrente / Agrupamento Alexandre Barbosa Borges, S.A. e Nicolau de Macedo, S.A., pelo valor de 1.349.974,85 euros + IVA, conforme documento anexo (anexo I). _____

Esta decisão de adjudicação, incluindo aprovação do relatório final de análise da proposta e minuta do contrato e ainda notificação para apresentação dos documentos de habilitação e respetiva caução foi notificada ao adjudicatário a 06/12/2019. _____

Verificou-se que a 11/12/2019, o adjudicatário submeteu uma declaração de não manutenção de proposta, que se junta em anexo (anexo II), alegando que o prazo de manutenção da proposta já se encontra ultrapassado e que os pressupostos financeiros existentes à data de apresentação de proposta já não subsistem, impossibilitando a manutenção da mesma. _____

A 19/12/2019 a Câmara Municipal deliberou adjudicar a empreitada “Reabilitação do Bairro Social da Cal - União das freguesias de V. N. de Famalicão e Calendário” ao concorrente Costeira - Engenharia e Construção, S.A., pelo valor de 1.369.244,59 euros + IVA, conforme documento anexo (anexo III). _____

Esta decisão de adjudicação, incluindo minuta do contrato e notificação para apresentação dos documentos de habilitação e respetiva caução foi notificada ao adjudicatário a 02/01/2020. _____

Verificou-se que a 14/01/2020, o adjudicatário submeteu uma declaração de não manutenção de proposta, que se junta em anexo (anexo IV), alegando que o prazo de manutenção da proposta já se encontra ultrapassado e que as condições da proposta perderam completamente a sua validade face ao agravamento substancial nos preços de mão-de-obra e materiais entretanto ocorrido. _____

De acordo com relatório final de análise das propostas, que se junta em anexo (anexo V), a empreitada deve ser adjudicada ao concorrente classificado em terceiro lugar, E.R.I. - Engenharia, S.A., contribuinte nº 503571083, pelo valor de 1.372.209,20 euros + IVA, ao abrigo do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. _____

Para o ano de 2020 estão previstos trabalhos no valor de 410.000,00 euros (quatrocentos e dez mil euros), IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo o prazo de execução de 365 dias. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Adjudicar a empreitada referida ao concorrente E.R.I. - Engenharia, S.A., contribuinte nº 503571083, ao abrigo dos artigos 73º e 76º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, pelo valor de 1.372.209,20 euros (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e nove euros e vinte cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, que está previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, com o projeto de ação nº 36/2016. ____

2. Aprovar a minuta do contrato do concurso limitado por prévia qualificação da empreitada “Reabilitação do Bairro Social da Cal - União das freguesias de V. N. de Famalicão e Calendário”. _____

3. Remeter a presente proposta à Assembleia municipal para que, atenta à sua competência própria decorrente do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), autorize o investimento desta empreitada.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 203/2019, efetuados com base no cabimento nº 527/2019.” _____

_____**DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.**_____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO TRÊS. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA._____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: _____

1 - “CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS AGRUPAMENTO DE ESCOLAS” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“No seguimento da execução do Contrato de Educação e Formação Municipal e de acordo com o acordado com os respetivos Agrupamentos de Escolas, o Município transfere as verbas da totalidade dos blocos, com exceção do Bloco C (encargos com instalações, contendo energia elétrica, água, combustíveis e comunicações), imputadas à antiga Fonte de Financiamento 111 - Orçamento de Estado. _____

Para além das verbas dos blocos de funcionamento, é necessário, também, proceder à transferência dos valores da ação social escolar para este 1.º trimestre de 2020. _____

No que concerne aos apoios educativos para a educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, é atribuído o valor de 7,50 € por aluno, para atividades e projetos. Este ano, tendo em conta as especificidades do material didático da educação pré-escolar, o Município transferirá para os agrupamentos de escolas os mesmos montantes por sala atribuído pelo Ministério da Educação, de acordo com o Despacho n.º 9124/2019, de 10 de outubro.

Assim, pelo exposto, de acordo com a Cláusula 13.ª do Contrato de Educação e Formação Municipal e ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e al. a), do n.º 2, do artigo 69.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, em vigor neste Município, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Transferir para os Agrupamentos de Escolas, no âmbito do Contrato de Educação e Formação Municipal, de acordo com o Anexo n.º 1, Quadros 1 e 2, o montante de 449.751,23 € (Quatrocentos e quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e um Euros e vinte e três cêntimos), referente ao primeiro trimestre de 2020, para despesas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, equipamentos básicos, conservação dos edifícios e ação social escolar. _____

2. Transferir para os Agrupamentos de Escolas, de acordo com o Anexo n.º 1, Quadro 3, até ao montante global de 29.834,50 € (Vinte e nove mil oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta cêntimos), para a educação pré-escolar, referente ao ano letivo 2019/2020, dos quais:_____

a) 9.802,50 € para apoio e desenvolvimento de atividades e projetos educativos;_____

b) 20.032,00 € para aquisição de material didático. _____

3. Transferir para os Agrupamentos de Escolas, de acordo com o Anexo n.º 1, Quadro 4, o montante de 32.430,00 € (Trinta e dois mil quatrocentos e trinta Euros) para apoio e desenvolvimento de atividades e projetos no 1.º ciclo do ensino básico, referente ao ano letivo 2019/2020. _____

4. Conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município, outorgar os referidos protocolos._____

5. Pagar o previsto nos números 1, 2 e 3, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, sendo que o montante constante na alínea b), do n.º 2, só será pago após comprovativos de aquisição.”

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos n.ºs 219, 220, 223, 225, 227, 247, 257, 252, 254, 216, 217, 221, 222, 224, 226 e 228/2019, efetuados com base nos cabimentos n.ºs 544, 545, 548, 550, 552, 554, 558, 555, 556, 541, 542, 546, 547, 549, 551 e 553/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS D. MARIA II, PADRE BENJAMIM SALGADO E PEDOME (2ª PERÍODO, DO ANO LETIVO 2019/2020)” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de 9 de agosto de 2019 foi aprovada a subdelegação de competências e a celebração de protocolos de colaboração e acordos de parceria com os Agrupamentos de Escolas D. Maria II, Padre Benjamim Salgado e Pedome e respetivas entidades parceiras, para a realização das atividades de enriquecimento curricular nestes Agrupamentos de Escolas, conforme vontade expressa pelos seus órgãos de gestão e da comunidade educativa. _____

De acordo com o registo do número de alunos inscritos, foram atualizados os dados de frequência inicial das atividades de enriquecimento curricular. _____

Assim sendo, pelo exposto, conforme estipulado na Cláusula 3.ª dos Protocolos de Colaboração e Acordos de Parceria assinados e de acordo com os valores definidos pelos artigos 20.º e 27.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Transferir para as entidades parceiras, de acordo com a tabela anexa à presente Proposta, o montante de 89.970,00 € (Oitenta e nove mil novecentos e setenta Euros), relativo ao 2.º período, do ano letivo 2019/2020, para o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular nos Agrupamentos de Escolas D. Maria II, Padre Benjamim Salgado e de Pedome. _____

2. Aprovar as minutas de protocolo, anexas à presente Proposta. _____

3. Conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município, outorgar os referidos protocolos. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos n.ºs 198, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 213 e 215/2019, efetuados com base nos cabimentos n.ºs 523, 525, 529, 530, 532, 534, 535, 538 e 540/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **CULTURA:** _____

1 - “CARNAVAL 2020” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“No período de 21 a 25 de fevereiro, Vila Nova de Famalicão prepara-se mais uma vez para acolher os inúmeros foliões que pretendem festejar o Carnaval na cidade e no concelho. _____

Como nos anos anteriores, o Município e os diferentes parceiros envolvidos vão procurar oferecer as melhores condições de acolhimento, segurança e acessibilidade a todos quantos nos procuram nesta data festiva. _____

Uma vez mais, considerando toda a logística e segurança que é importante assegurar para este evento, manter-se-á o reforço policial e a presença constante de meios de apoio proporcionados pelos Bombeiros, Proteção Civil e pessoal técnico da Câmara Municipal.

A animação musical e artística será uma constante durante o período festivo, com particular relevância para o Desfile Infantil de Carnaval, o Carnaval Sénior e a Noite de Carnaval, que a todos proporcionarão bons momentos de convívio e de alegria. _____

À semelhança do ano anterior serão disponibilizados meios de transporte de acesso à cidade, que garantirão, igualmente, um seguro regresso a casa daqueles que nos visitam.

Assim, em 2020, contaremos novamente com o serviço gratuito de autocarros com saídas de diferentes pontos do concelho, e igualmente com a parceria da CP-Comboios de Portugal, mantendo, assim, a estratégia de mobilidade e de acesso fácil, cómodo e seguro aos festejos tradicionais do Carnaval, quer para os famalicenses, quer para aqueles que se deslocam de outros concelhos. _____

Acresce ainda este ano, a novidade da utilização na “Noite de Carnaval” de copos reutilizáveis; esta medida implementada pela Câmara Municipal em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (ACIF), é assim um sinal claro da responsabilidade ambiental e social assumida por todos os parceiros aderentes.

Como tem acontecido nos anos anteriores, em diferentes freguesias e vilas do concelho serão também proporcionados também importantes momentos de lazer e de fruição carnavalesca através dos desfiles e das inúmeras atividades programadas que tendem, por sua vez, a incrementar nestas localidades o espírito e a dinâmica festiva do carnaval. ____

Neste contexto, para garantir a normal prossecução de uma atividade complexa como a do Carnaval, que se desenvolve ao longo de vários dias (ver programa em anexo), torna-se fundamental o apoio do Município. _____

Considerando que compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre da alínea u), do n.º 1, do Art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, disposição que deve ser conjugada com o disposto no Art.º 35º, do Código Regulamentar de Taxas Municipais, em vigor, _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aprovar o programa dos festejos de carnaval de 2020 e autorizar a realização de despesas para a realização do evento, até ao montante de 78.983,74 Euros, de acordo com o Programa (documento n.º 1) e Orçamento (documento n.º 2), em anexo à proposta; _____

2- Aprovar o pagamento de prémios monetários aos três primeiros classificados no Desfile de Mascarados, na noite do dia 24 de fevereiro, de acordo com o plano de custos em anexo à proposta; _____

3 - Isentar os Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, com o Estatuto de Estabelecimento Aderente à organização dos festejos, do pagamento de taxas pela ocupação do domínio público, previsto no ponto 6, - II Espaços Exteriores de Venda, da Norma (documento n.º 3), em anexo, e pelo período 2 dias (de 24 a 25 de fevereiro de 2020); _____

4 - Autorizar, com caráter de exceção, o alargamento do horário de funcionamento dos bares e estabelecimentos hoteleiros, parceiros do município nesta atividade, de acordo com a alínea b) do ponto 6 - Segurança e Fiscalização, da Norma (documento n.º 3), em anexo, e pelo período de 1 dia (inicia às 21h00 do dia 24 de fevereiro de 2020 e termina às 04h30 do dia 25 de fevereiro de 2020).” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos n.ºs 196 e 346/2019, efetuados com base nos cabimentos n.ºs 401 e 646/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.** _____

2 - “APOIO FINANCEIRO AO TEATRO DA DIDASCÁLIA, C.R.L., PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES DE 2020” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“O Teatro da Didascália, C. R. L., com sede em Avenida das Charrueiras, n.º 29, 4770-245 Joane, pessoa coletiva n.º 508 800 323, é uma instituição sem fins lucrativos que prossegue fins de manifesto interesse público municipal, legalmente constituída, com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, e que tem por objetivo a “criação e programação teatral, perseguindo uma política de pesquisa e de cruzamento estético, com o objetivo de fazer surgir uma linguagem própria e inovadora no panorama teatral português”; _____

O reconhecimento do importante e meritório papel de exercício de interesse público, face aos argumentos aduzidos ao longo da presente proposta de atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades, incumbe à Câmara Municipal, enquanto órgão executivo do Município de Vila Nova de Famalicão, especialmente o notável esforço de investimento, de investigação, de criação de espetáculos originais e de pesquisa e dinamização das artes cénicas ou performativas, e a consequente dinâmica e prestígio do Teatro da Didascália, C. R. L., que têm sustentado e justificado a presença regular nos mais diversos festivais e cidades de norte a sul do país, e no estrangeiro; _____

A descentralização cultural, proposta pela Divisão de Cultura e Turismo, é entendida como um projeto de cooperação e de periferização cultural, com o objetivo de eliminar a elitização da arte e a polarização da produção cultural ao centro urbano de Vila Nova de Famalicão. De facto, o “Espaço Fauna” e o programa “Territórios Dramáticos”, têm vindo a assumir-se como motores de regeneração e revitalização cultural do território do concelho, especialmente numa área periférica, interagindo com as associações e coletividades das freguesias, de carácter cultural, recreativo, artístico, ou outro,

possibilitando a prestação de um serviço público de maior proximidade aos munícipes famalicensenses, com maior eficiência e eficácia no que respeita à gestão dos respetivos recursos e bens culturais, aumentando a capacitação das estruturas a promover a melhoria contínua das respostas implementadas, e valorizando-as como instituições basilares do desenvolvimento pleno do potencial de cada cidadão; _____

A estratégia cultural do Município é definida pela Divisão de Cultura e Turismo, salvaguardando a onerosidade e a equidade inter-geracional dos munícipes famalicensenses, e tendo por base opções de gestão pública que materializam a ponderação responsável dos custos materiais presentes versus a obtenção de benefícios sociais no futuro, para a cidade e para o concelho de Vila Nova de Famalicão. Também a edilidade, reconhecendo o seu papel de veículo formativo e educativo, tem encarado a Cultura como uma ferramenta necessária á prossecução dos valores da democracia participativa, à transparência, ao desenvolvimento económico sustentável do concelho, à coesão social e justiça distributiva, à humanização e dignificação das condições de vida e à responsabilidade ambiental; _____

Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, e dos números 1 e 3, do artigo 73.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 05 de janeiro de 2016. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) ao Teatro da Didascália, C. R. L., NIF 508 800 323, para o desenvolvimento do Plano de Atividades de 2020; _____
2. Autorizar o pagamento de 50% da comparticipação em causa antes do início das atividades e o restante após a realização das mesmas, atendendo ao pedido do Teatro da Didascália, C. R. L., de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis; _____
3. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____
4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____
5. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 214/2019, efetuados com base no cabimento nº 539/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

3 - “APOIO FINANCEIRO AO I.N.A.C. - INSTITUTO NACIONAL DE ARTES DO CIRCO, C.R.L., PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES DE 2020, ESPECIFICAMENTE NA DINAMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ARTES DO CIRCO CONTEMPORÂNEO” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“O I. N. A. C. - Instituto Nacional de Artes do Circo, C. R. L., com sede em Rua Camilo Castelo Branco, n.º 185, 4770-018 Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 514 456 728, é uma instituição sem fins lucrativos que prossegue fins de manifesto interesse público municipal, legalmente constituída, com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, e com a missão de dinamizar e desenvolver as artes do circo contemporâneo; _____

O I. N. A. C. - Instituto Nacional de Artes do Circo, C. R. L., é um Polo Internacional de Formação, Criação Artística, Inclusão e Difusão do Circo Contemporâneo, e que se dedica, exclusivamente, ao fomento das artes do circo, trazendo inúmeros benefícios para o nosso concelho, os quais têm contribuído para o posicionamento e reconhecimento de Vila Nova de Famalicão, a uma escala nacional, e até mesmo internacional. Distribuída num plano curricular de curso de 2.800 horas, a respetiva atividade pedagógica estimula a formação artística, dispondo os formandos da possibilidade de criar, estudar, treinar e ensaiar o espetáculo de circo, as atividades de circo com a comunidade, a produção de eventos e o intercâmbio cultural e de formação, e que lhes permite o ingresso no mercado de trabalho artístico e cultural como artistas, apresentadores, encenadores e coreógrafos, colocando ao serviço de companhias teatrais e da comunidade as competências adquiridas ao nível de interpretação, técnicas de circo, mímica, malabarismo, clown, aéreos, acrobacia, dança, entre outras. Dispõe também de um quadro de professores de reconhecida qualidade, cujas turmas contam com alunos provenientes de vários países do mundo, como Cabo Verde, Israel, Bélgica, Croácia, França, Inglaterra, Brasil, Itália, Espanha, Grécia, Costa Rica, Chile, Colômbia, Alemanha e Finlândia. _____

Incumbe à Câmara Municipal, o reconhecimento, em sentido jurídico-administrativo, das manifestações de relevante e manifesto interesse público municipal inclusas nos projetos

de âmbito cultural, social e recreativo do I. N. A. C. - Instituto Nacional de Artes do Circo, C. R. L., para o ano de 2020, enquanto necessidades da comunidade famalicense. De facto, trata-se de uma instituição que muito tem contribuído para a projeção cultural, social e recreativa do concelho e da cidade de Vila Nova de Famalicão, cabendo ao Município contribuir para a elevação dos índices técnicos, de liquidez e de solvabilidade do I. N. A. C. - Instituto Nacional de Artes do Circo, C. R. L. com meios e recursos, financeiros e técnicos, que viabilizem a sua atividade regular, permitindo a concretização de eventos, iniciativas e projetos de manifesto interesse público municipal, nomeadamente valorização da atividade cultural do Município, respondendo às necessidades da comunidade famalicense na área social e recreativa e combatendo a exclusão, apostando em iniciativas destinadas a públicos infantis, jovens e adultos complementares das respetivas atividades curriculares e profissionais. Espera-se, com tal apoio, fomentar o interesse dos diversos públicos-alvo pela cultura; _____

Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, e dos números 1 e 3, do artigo 73.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 05 de janeiro de 2016. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) ao I. N. A. C. - Instituto Nacional de Artes do Circo, C. R. L., NIPC n.º 514 456 728, para o desenvolvimento do Plano de Atividades de 2020, especificamente na dinamização e desenvolvimento das artes do circo contemporâneo; _____

2. Autorizar o pagamento de 50% da comparticipação em causa antes do início das atividades e o restante após a realização das mesmas, atendendo ao pedido do I. N. A. C. - Instituto Nacional de Artes do Circo, C. R. L., de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis; _____
 3. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____
 4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____
 5. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____
- Informam os Serviços de Contabilidade: _____
- “Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 129/2019, efetuados com base no cabimento n.º 399/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

4 - “APOIO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ECOS CULTURAIS DO LOURO, PARA A REALIZAÇÃO DA 6ª EDIÇÃO DA FESTA DA MÚSICA - LAURUS NOBILIS MUSIC FAMALICÃO 2020” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“A Associação Ecos Culturais do Louro, com sede em Rua Artesão José Macedo, n.º 68, Rés-do-Chão, 4760-531 Louro, pessoa coletiva n.º 510 881 459, é uma associação cultural de direito privado sem fins lucrativos que prossegue fins de manifesto interesse

público municipal, instituição legalmente constituída, com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, tendo por objeto o desenvolvimento das mais variadas atividades culturais e recreativas e a prossecução de uma causa social: arrecadar recursos para o financiamento da construção da “Casa do Artista Amador” destinada a artistas amadores/emergentes; _____

Proposta pela Divisão de Cultura e Turismo e com correspondência empírica na Associação Ecos Culturais do Louro, a descentralização cultural do Município, visando democratizar a cultura, é entendida como um movimento cultural de inspiração, criatividade e originalidade, de inovação e captação de novos talentos, de apoio a artistas emergentes, de captação e divulgação de novas formas de expressão e/ou pensamento, de circulação de objetos artísticos e culturais, de fomento do cruzamento cultural e artístico multidisciplinar, de intercâmbio de pessoas oriundas de diferentes setores culturais, de criação de diálogo entre diferentes meios de cultura, de criação de espaços alternativos de expressão cultural e de criação e dinamização de diferentes polos de experimentação e produção cultural espalhados pelo território do concelho, incentivando e assegurando o acesso de todos os munícipes famalicensees à fruição e criação cultural; _____

É importante para a cidade e para o concelho de Vila Nova de Famalicão continuar a investir na atração de grandes eventos culturais, como a Festa da Música - LAURUS NOBILIS MUSIC FAMALICÃO, de ampla divulgação mediática, dada a importância que, manifestamente, assumem, quer no plano cultural, quer no plano do interesse para o território. A realização deste evento conta com a capacidade de atração de milhares de espetadores e visitantes, e com a mobilização de dirigentes culturais, agentes culturais, associados culturais, talentos culturais, outros génios culturais, fãs da cultura, fãs do festival, outros simpatizantes, grupos de apoiantes, artistas, atores, intérpretes, artesãos, staff, suas famílias e amigos, e que, além do prestígio, valorização económica e promoção

da região, contribuem, direta e indiretamente, de forma muito significativa, para a economia do concelho (hotelaria, restauração, serviços e compras) e para a promoção turística e económica, projetando a imagem da cidade a nível nacional e internacional, e reforçando a ideia de Vila Nova de Famalicão como destino cultural, dinâmico, ativo e de excelência; _____

De facto, a Divisão de Cultura e Turismo tem trabalhado ativamente no sentido de posicionar a cidade e a região de Vila Nova de Famalicão como um exemplo de referência na implementação de políticas municipais que concorram para o desenvolvimento do cluster da Economia Cultural, permitindo e assegurando, de facto, o incremento da oferta cultural e o acesso efetivo de todos os cidadãos aos direitos culturais e recreativos, mas, também, reconhecendo e enfatizando a necessária quantificação do reporte mediático, turístico e económico decorrente da divulgação do concelho de Vila Nova de Famalicão, da marca de hospitalidade das suas gentes, dos valores, das vivências, das tradições, das crenças, dos usos, dos costumes, da gastronomia, da hotelaria, da restauração, da cultura, dos monumentos, dos museus, das artes, do teatro, da dança, da literatura, da música, etc.; Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, dos números 1 e 3, do artigo 73.º, e do artigo 76.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 05 de janeiro de 2016. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição à Associação Ecos Culturais do Louro, NIPC 510 881 459, de um apoio financeiro no valor de 40.500,00 € (quarenta mil e quinhentos euros), com vista à

comparticipação nos custos de realização da 6.^a edição da Festa da Música - LAURUS NOBILIS MUSIC FAMALICÃO 2020; _____

2. Autorizar o pagamento de 50% da participação em causa antes do início da atividade e o restante após a realização da mesma, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis;

3. Aprovar a atribuição à Associação Ecos Culturais do Louro, NIPC 510 881 459, de um apoio não-financeiro que se materializa na cedência de apoio logístico na montagem e preparação da atividade; _____

4. Isentar a Associação Ecos Culturais do Louro, NIPC 510 881 459, da liquidação/pagamento de taxas municipais relativas a Licença Especial de Ruído e a Licença de Recinto Improvisado, necessárias para a realização da atividade, de acordo com o artigo 35.º e a alínea c), do número 2, do artigo 36.º, do Código Regulamentar de Taxas Municipais - DR, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro, 2016; _____

5. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro e não-financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____

6. Conceder poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____

7. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 211/2019, efetuados com base no cabimento nº 536/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.**_____

*-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR
IMPEDIMENTO LEGAL.* _____

*-ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VICE-PRESIDENTE
RICARDO MENDES.* _____

5 - “APOIO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO À FUNDAÇÃO CASTRO ALVES,
COM VISTA À COMPARTICIPAÇÃO NOS CUSTOS DAS ATIVIDADES
CULTURAIS, SOCIAIS E EDUCATIVAS, A DESENVOLVER DURANTE O ANO
DE 2020” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“A Fundação Castro Alves, com sede em Rua Comendador Castro Alves, n.º 391, 4765-
053 Bairro, pessoa coletiva n.º 502 511 702, fundação sem fins lucrativos que prossegue
fins de manifesto interesse público municipal, é uma instituição legalmente constituída,
com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, que cumpre com as obrigações
de transparência constantes no artigo 9.º da Lei-Quadro das Fundações, e com o objetivo
de elevar o nível de literacia, cultural e educativa, dos munícipes famalicenses; _____

A responsabilidade político-cultural do Município de Vila Nova de Famalicão também se
manifesta através do processo de descentralização cultural que é um projeto definido pela
Divisão de Cultura e Turismo, visando a cooperação em meios geográficos com carências
de estímulo cultural e socioeconómico, de criação e de sustentação de diferentes polos
culturais espalhados pelo território do concelho, e que agregam instituições, associações
e coletividades de direito privado, realizam atividades de interesse municipal, nacional e

internacional, e que permitem, em diferentes escalas, a interação de instituições culturais diversas. No que à Fundação Castro Alves respeita, a descentralização cultural concretiza-se nas valências “Museu de Cerâmica Artística”, “Escola Oficina de Cerâmica Artística” e “Valência de Música”, cuja missão assenta na promoção da qualificação e desenvolvimento do território onde atua, trabalhando a especificidade desse território, através do apoio à criação artística, à programação cultural em rede, à qualificação e formação e às estratégias de mediação cultural, permitindo, ainda, a interação de diferentes entidades culturais, numa combinação estratégica de experiências, competências, complementaridades e capacidades de ação; _____

Para a Divisão de Cultura e Turismo, os fundamentos que subjazem à proposta de atribuição de apoio financeiro e não-financeiro para o desenvolvimento de atividades, encontram-se vertidos na intervenção da Fundação Castro Alves, a qual sempre foi marcada por comprovada competência e profissionalismo, na confirmação dos valores éticos e morais da sua cultura fundacional e que merecem ser valorizados, através da promoção da inserção social, profissional e económica dos cidadãos, especialmente junto da comunidade onde se insere, da resposta às necessidades e interesses dos munícipes famalicenses em diferentes etapas da vida, sobretudo das camadas sociais mais jovens e socialmente mais carenciadas, e do atendimento das pessoas vulneráveis pela idade, disfunção física, social e cultural, promovendo programas nas áreas dos serviços culturais, artísticos, educativos e sociais; _____

Compete à Câmara Municipal, prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, dos números 1 e 3, do artigo 73.º, e do artigo 76.º, do Código

Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 05 de janeiro de 2016. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição à Fundação Castro Alves, NIPC 502 511 702, de um apoio financeiro no valor de 28.000,00 € (vinte e oito mil euros), com vista à comparticipação nos custos das atividades culturais, sociais e educativas, a desenvolver durante o ano de 2020; _____

2. Autorizar o pagamento de 50% da comparticipação em causa antes do início das atividades e o restante após a realização das mesmas, atendendo ao pedido da Fundação Castro Alves, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis; _____

3. Aprovar a atribuição à Fundação Castro Alves, NIPC 502 511 702, de um apoio não-financeiro que se materializa na cedência de apoio logístico para o desenvolvimento das atividades; _____

4. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro e não-financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____

5. Conceder poderes ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____

6. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 210/2019, efetuados com base no cabimento n.º 537/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____**

**-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL. _____**

**-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL. _____**

DESPORTO: _____

1 - “LOCAÇÃO DE BENS E MATERIAL DE IMPRESSÃO” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Visando a realização das muitas e diferentes manifestações lúdicas, culturais e desportivas por iniciativa das instituições educativas e associativas do concelho, bem como do Município, tem sido prática o apoio logístico e material através da oferta de troféus, t-shirts, sacos, outro material desportivo e didático, material de apoio à divulgação e comunicação, bem como o aluguer de recursos logísticos. _____

Ao longo de todo o ano, a Câmara Municipal, além das iniciativas por si promovidas, presta um imprescindível apoio, de diferentes níveis e natureza, a centenas de eventos lúdicos, culturais, desportivos e outras iniciativas promovidas pelo universo associativo. Tais eventos revelam-se de interesse público, pela promoção e projeção do associativismo local, bem como do nome de Vila Nova de Famalicão. _____

Considerando, no entanto, que o Município tem necessidade de realizar despesa para os citados fins e no âmbito dessa intensa colaboração institucional, é atento regime fixado nas alíneas f) e o), do nº 1, artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se, que a Câmara Municipal delibere: _____

Autorizar, para o ano de 2020, a realização da despesa até ao montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), no âmbito da rubrica locação de bens e 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) no âmbito da rubrica material de impressão, tendo em vista apoiar a realização de eventos de natureza lúdica, cultural e desportiva, de interesse municipal.”

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 125/2019, efetuados com base no cabimento nº 394/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO OLÍMPICO - JOGOS OLÍMPICOS 2020 - TÂNIA DE BARROS” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Tânia de Barros é uma atleta famalicense filiada na Federação Nacional de Karaté – Portugal através da ADQUIREXITOS - Associação. _____

Resultado das suas prestações desportivas e títulos alcançados, Tânia de Barros, foi selecionada para ingressar num grupo restrito de atletas para representar o nosso País nos próximos Jogos Olímpicos - Tokyo 2020. _____

Tal desafio é, do ponto de vista técnico perfeitamente alcançável, desde que, efetivamente se reúnam as condições necessárias para assegurar as participações internacionais, provas imprescindíveis para alcançar o tão desejado apuramento. _____

Contudo, considerando os custos inerentes às participações nas referidas provas internacionais, a atleta e o seu clube solicitaram um apoio financeiro ao Município, para cobrir parte das despesas que vão ter com as mesmas. _____

Considerando que a comparticipação, ora proposta, se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou clubes desportivos (alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir à ADQUIREXITOS - Associação, NIF 515 215 139, um apoio financeiro até ao montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), tendo em vista o apoio ao Projeto Olímpicos - Tóquio 2020, da Atleta Tânia de Barros. _____

2. Aprovar a minuta de contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 128/2019, efetuados com base no cabimento n.º 397/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.** _____

3 - “APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO OLÍMPICO - JOGOS OLÍMPICOS 2020

- SÓNIA GONÇALVES” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“A atleta de Badminton, Sónia Gonçalves, neste momento, é a atleta portuguesa mais bem colocada para conquistar o apuramento para os próximos Jogos Olímpicos, que se vão realizar em Tóquio, em 2020. _____

Assim, atualmente, o grande desafio da atleta, mais que o ranking nacional, é obter a melhor pontuação no ranking internacional, durante as épocas 2019 e 2020, tendo em vista obter qualificação para a participação nos próximos Jogos Olímpicos. _____

Tal desafio é, do ponto de vista técnico, considerando o nível desportivo da atleta, perfeitamente alcançável, desde que, efetivamente se reúnam as condições necessárias para assegurar as participações internacionais, imprescindíveis para alcançar a pontuação necessária no ranking internacional que, por sua vez, apurará os atletas participantes nos referidos Jogos Olímpicos. _____

Assim, até junho do corrente ano, tem programadas as participações nas seguintes provas internacionais: _____

- Torneio inter séries, (Suécia); _____

- Campeonato da Europa, (França); _____

- Torneio inter Challenge, (Austrália); _____

- Torneio Internacional Super 300, (Espanha); _____

- Torneio Internacional inter séries, (Uganda); _____

- Torneio Internacional Super 300, (Alemanha); _____

- Torneio Internacional Challenge, (Polónia); _____

- Torneio Internacional Super 300, (Suíça); _____

- Torneio Internacional Inter Séries, (Peru). _____

O Município de Vila Nova de Famalicão tem apoiado financeiramente a participação de atletas Famalicenses em provas internacionais, promovendo a experiência e o desenvolvimento competitivo dos atletas, bem como apoiando, sobretudo, a participação internacional de alto nível competitivo, como Campeonatos Europeus, Campeonatos Mundiais e Jogos Olímpicos e/ou seus apuramentos. _____

Considerando que a comparticipação, ora proposta, se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou clubes desportivos (alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir à Sónia Catarina da Cunha Gonçalves, NIF 232 439 230, um apoio financeiro no montante de 3.000,00€ (três mil euros) para apoio ao Projeto Olímpicos - Tóquio 2020, da Atleta Sónia Gonçalves. _____

2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo à proposta. _____

3. Conceber poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar referido o contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 127/2019, efetuados com base no cabimento n.º 396/2019.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

**-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017,
A ATA É APROVADA EM MINUTA.**_____

4 - “APOIO FINANCEIRO PARA INSCRIÇÕES FEDERATIVAS E SEGUROS À ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DESPORTIVA DO BAIXO MINHO - ÉPOCA DESPORTIVA 2019/2020” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“O desporto é um fenómeno social por excelência que move atletas, treinadores, dirigentes e adeptos. Parte integrante da sociedade contemporânea, o desporto promove, nas suas variadas expressões, o bem-estar, a alegria e a perseverança. _____

O direito à cultura física e ao desporto é um direito a todos constitucionalmente reconhecido, cuja prática e difusão incumbe ao Município promover, estimular, orientar e apoiar, em colaboração com as escolas, associações e coletividades desportivas.

O Município de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua política desportiva, alargou a todas as modalidades desportivas praticadas no concelho, o pagamento das despesas relativas a inscrições e seguros dos atletas dos escalões de formação das entidades de cariz desportivo sediadas no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

Assim, para a modalidade de Dança e para a época desportiva de 2019-2020 apurou-se, até ao momento, a inscrição de mais 22 atletas da Associação Apolo Famalicão. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou clubes desportivos (alínea a), do nº2, do artigo 69.º e nº 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar), propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Atribuir um apoio financeiro à Associação de Dança Desportiva do Baixo Minho, NIF 513 825 304, o montante de 748,00€ (setecentos e quarenta e oito euros), para pagamento parcial das inscrições federativas e seguros desportivos, correspondentes à época 2019-2020, dos atletas famalicenses da modalidade de dança desportiva. _____

2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo à presente proposta. _____

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no nº 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 123/2019, efetuados com base no cabimento nº 393/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

5 - “APOIO FINANCEIRO PARA INSCRIÇÕES FEDERATIVAS E SEGUROS DE ATLETAS - MODALIDADE DE ATLETISMO - ÉPOCA DESPORTIVA 2018/2019 - ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BRAGA” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“O desporto é um fenómeno social por excelência que move atletas, treinadores, dirigentes e adeptos. Parte integrante da sociedade contemporânea, o desporto promove, nas suas variadas expressões, o bem-estar, a alegria e a perseverança. _____

O direito à cultura física e ao desporto é um direito a todos constitucionalmente reconhecido, cuja prática e difusão incumbe ao Município promover, estimular, orientar e apoiar, em colaboração com as escolas, associações e coletividades desportivas. _____

O Município de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua política desportiva, alargou a todas as modalidades desportivas praticadas no concelho, o pagamento das despesas relativas a inscrições e seguros dos atletas dos escalões de formação das entidades de cariz desportivo sediadas no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

Assim, para a modalidade de Atletismo e para a época desportiva transata, 2018-2019, apurou-se a inscrição de 65 atletas do CCDD - Clube Cultura e Desporto de Ribeirão, 45 da Escola de Atletismo Rosa Oliveira, 68 da Associação Papa Léguas de Famalicão, 19 do Liberdade Futebol Clube e 5 da Associação Recreativa e Cultural de Vale S. Martinho. Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou clubes desportivos (alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º e n.º 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Atribuir à Associação de Atletismo de Braga, NIF 501 623 744, o montante de 3.498,00€ (três mil quatrocentos e noventa e oito euros), para pagamento final das inscrições federativas e seguros desportivos, correspondentes à época 2018-2019, dos atletas das equipas famalicenses. _____
2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição de apoio financeiro, em anexo à presente proposta. _____
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

4. Pagar o previsto no nº 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 126/2019, efetuados com base no cabimento nº 395/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

6 - “APOIO FINANCEIRO PARA CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO OTZ BIKE BTT E CICLOTURISMO” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“As associações locais desempenham um papel essencial no desenvolvimento das comunidades locais, promovendo atividades de índole social, cultural, recreativa e desportiva em prol da comunidade onde se inserem, particularmente junto das gerações mais jovens, sendo, por isso, credores do apoio municipal. _____

Uma das formas de apoio do Município às associações vem consistindo, exatamente, na comparticipação das despesas da sua constituição, designadamente as advindas com emolumentos notariais, registais e publicação. _____

A Associação OTZ Bike BTT e Cicloturismo, com sede na Rua Comendador Costa e Sá, Freguesia de Outiz, é uma coletividade recentemente constituída, que tem por objetivo o fomento da prática de BTT e do Cicloturismo na Comunidade. _____

Atenta à competência prevista na alínea u) do nº 1, artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea a), do nº 2, do artigo 69º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), à Associação OTZ Bike BTT e Cicloturismo, NIF 515 415 472, destinado a apoiar os custos inerentes à sua constituição. _____

2. Pagar o previsto no nº1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 122/2019, efetuados com base no cabimento nº 390/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

7 - “APOIO FINANCEIRO PARA CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO AMAZONAS DO VALE DO AVE E ARTE EQUESTRE” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“As associações locais desempenham um papel essencial no desenvolvimento das comunidades locais, promovendo atividades de índole social, cultural, recreativa e desportiva em prol da comunidade onde se inserem, particularmente junto das gerações mais jovens, sendo, por isso, credores do apoio municipal. _____

Uma das formas de apoio do Município às associações vem consistindo, exatamente, na comparticipação das despesas da sua constituição, designadamente as advindas com emolumentos notariais, registais e publicação. _____

A Associação Amazonas do Vale do Ave e Arte Equestre, com sede na Av. D. Afonso Henriques, 2050, Freguesia de Vila Nova de Famalicão, é uma coletividade recentemente constituída, que tem por objetivo a organização de eventos equestres. _____

Atenta à competência prevista na alínea u) do nº 1, artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea a), do nº 2, do artigo 69º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir um apoio financeiro no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), à Associação Amazonas do Vale do Ave e Arte Equestre, NIF 515 370 827, destinado a apoiar os custos inerentes à sua constituição. _____

2. Pagar o previsto no nº1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 199/2019, efetuados com base no cabimento nº 524/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

TURISMO: _____

1 - “TURISMO GASTRONÓMICO - DIAS À MESA 2020” _____

Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município definiu como uma das prioridades de política municipal a organização e promoção turística do território de Vila Nova de Famalicão, sob o lema ‘Famalicão o seu lugar’; _____

Uma das prioridades estratégicas do Município assenta na cooperação com outras Entidades e Organizações, locais, regionais e nacionais, públicas e privadas, na consolidação de Vila Nova de Famalicão como um destino turístico reconhecido em domínios específicos e em nichos de mercado identificados; _____

A atividade económica no Turismo será conduzida por forma a aumentar a notoriedade do território de Vila Nova de Famalicão, através da criação de condições que favoreçam a manutenção e projeção das empresas, a atração de atividades económicas, a geração de riqueza e a criação de emprego; _____

O Turismo Gastronomia e Vinhos constitui um dos segmentos estratégicos de intervenção prioritária na organização e promoção do produto turístico de Famalicão; _____

O Município de Vila Nova de Famalicão, na continuidade de uma dinâmica já iniciada em 2019, considera pertinente a realização, em 2020, de uma iniciativa de promoção da boa cozinha regional, em parceria com os restaurantes locais aderentes e em estreita articulação com os eventos de animação turística que se realizam no concelho; _____

O disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a concretização do Programa DIAS à MESA 2020 conforme proposto no Programa detalhado que se anexa (ANEXO I) e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____

2 - Que a Câmara Municipal delibere aprovar a realização de uma despesa de até 1.000,00€ (mil euros), para o pagamento de despesas de refeição nos restaurantes aderentes, materializado em 40 refeições para os primeiros 20 visitantes (cada visitante pode trazer um acompanhante) que comprovem, junto dos Serviços do Turismo do Município de Famalicão, uma vez concluído o programa DIAS À MESA 2020, ter participado em todos os eventos gastronómicos desta edição, conforme proposta de Normativo que se anexa (ANEXO II), e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____

3 - Que a Câmara Municipal delibere aprovar a listagem de restaurantes aderentes ao DIAS À MESA 2020, neste caso exclusivamente para integração em Normativo para efeitos de oferta de refeição, conforme listagem em anexo (ANEXO III), e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido, ainda que outros restaurantes possam vir a aderir ao longo do ano aos eventos DIAS À MESA 2020.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 197/2019, efetuados com base no cabimento nº 522/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DECISÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, eram onze horas e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata. _____

E eu, Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e assino juntamente com o senhor Presidente. _____